

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

ALDO VALENTIM

**Boas práticas de Políticas Culturais para a Juventude -
O Projeto Ademar Guerra: formando cidadãos e artistas**

SÃO PAULO

2014

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

ALDO VALENTIM

**Boas práticas de Políticas Culturais para a Juventude -
O Projeto Ademar Guerra: formando cidadãos e artistas**

SÃO PAULO

2014

Resumo:

O presente artigo apresentará “case” de boas práticas em políticas públicas, na área da cultura, para a juventude apresentando a atuação do Projeto Ademar Guerra na formação de jovens artistas, tendo a cultura como meio de construção da cidadania.

Sugere como exemplo de atividade possível para o Plano Juventude Viva, visando intensificar as ações do Plano nos eixos “Inclusão, Oportunidade e Garantia de Direitos” (dimensão: Jovem) e “Transformação de Territórios” (dimensão: Território).

O Projeto Ademar Guerra tem como objetivo a qualificação de jovens artistas na linguagem do teatro, é realizado desde 1997 pela Secretaria de Cultura do Governo do Estado de São Paulo. Atualmente executado pela Poiesis-Organização Social da Cultura, este Projeto mantém presença com ações realizadas em 100 municípios do Estado de São Paulo sendo considerado referencia como política pública para formação de jovens artistas residentes nas cidades do interior do Estado de São Paulo.

Procuraremos na nossa abordagem, entender a cultura como um direito e as possibilidades da ação cultural como instrumento colaborativo no processo de construção de cidadania e na transformação dos territórios.

Este trabalho busca complementar a dissertação de Mestrado intitulada “Juventude Viva: Proposta de Indicadores de Avaliação de Resultados para Medir a Efetividade da Política Pública” (STOICOV, PRECIOSO e VALENTIM, 2014), orientada pelo Prof. Dr. Marco Antonio Carvalho Teixeira, como resultado do Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas – FGV.

Sumário:

| | |
|---|----|
| 1- Cultura como direito | 5 |
| 2- O “Projeto Ademar Guerra”: discursos e formas de execução do Projeto | 8 |
| 3- O Plano Juventude Viva | 17 |
| 4- Plano Juventude Viva e Projeto Ademar Guerra: possíveis intersecções | 22 |
| 5- Bibliografia | 24 |

1. A Cultura como direito

Os direitos culturais compõe o rol dos direitos previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) , no Pacto internacional dos Direitos Econômicos e Sociais e Culturais (1966). Em síntese busca garantir às pessoas o direito da expressão, criação e difusão de seus trabalhos em idioma de sua escolha, direito a educação de qualidade, respeito a identidade cultural, possibilidade de participação da vida cultural e o pleno exercício das práticas culturais.

O exercício desse direito ainda esta em devir no Brasil. Se a dificuldade de reconhecimento, institucionalização e universalização dos direitos sociais, políticos e econômicos, com a implementação de políticas públicas efetivando tais direitos, ainda é um processo incremental no Brasil para as áreas clássicas: saúde, educação, previdência social; para a área cultural foram mais de 100 anos de ausência de medidas positivadas, planos e investimentos Estatais. Ao analisar esse fato, Albino Rubim (2012, p.29), resume esta forma de “incrementalismo” nas políticas públicas para a cultura, como sendo três tristes tradições: “ausência, autoritarismo e instabilidade”.

Esse contexto revela um pouco sobre a fragilidade do nosso modelo de Estado de Bem Estar Social, pois apesar de buscar mudanças na relação entre cidadão-Estado, com a ampliação do conceito de cidadania, ainda não consegue ser universal na oferta de mecanismos que supra as necessidades da sociedade. A tentativa de mudança desta trajetória está apresentada na Constituição de 1988, que coloca o cidadão, e aqui especialmente os jovens, como sujeito de direitos, incluindo os direitos culturais. Sendo assim entendemos que:

A Constituição Brasileira de 1988 garante a todos o pleno exercício dos direitos culturais (art. 215). Ao definir patrimônio cultural brasileiro, de forma indireta, aponta como direitos culturais as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas. O livre exercício dos cultos religiosos, a livre expressão da atividade intelectual, artística,

científica e de comunicação, e os direitos do autor também estão expressamente assegurados na Constituição, no rol dos direitos e garantias fundamentais (art. 5º). A educação figura como direito social (art. 6º) e também como direito cultural (art. 205 a 214).

No entanto, observamos empiricamente e nas práticas governamentais, especialmente no campo das políticas públicas, que a Cultura mesmo passando por um processo de constitucionalização, carrega aspectos de um modelo de Estado de Bem-estar Social não estabelecido. Pois mesmo sendo garantidos na Carta Constitucional eles são idealmente “universais” mas objetivamente são restritos para determinados setores produtivos do setor cultural e certos públicos, possivelmente pertencentes as camadas escolarizadas e ou de consumo.

No entanto, com o aprimoramento das condições gerais dos aspectos políticos, econômicos e sociais, uma novo ator político surge necessitando de respostas para as suas questões e portanto a reafirmação de cidadania. Podemos concordar com ARAGAO (2012), quando propõe a seguinte reflexão:

“a importância desses “novos direitos” se dá também em virtude do surgimento de novos sujeitos na arena política, ampliando o discurso ao trazer a questão da alteridade, impulsionando a reformulação dos conceitos de democracia e de cidadania. Os direitos culturais se apresentam como uma categoria de direitos humanos com potencial emancipatório, como ampliação da cidadania que ultrapasse o sentido de redistribuição. A atuação do Estado, nesse sentido, não poderá perder de mira a premissa do reconhecimento, que implica, necessariamente, em descolonizar o conhecimento e a cultura. Significa pensar no reconhecimento no sentido de pertencimento, de reivindicação de direitos em sentido substancial, não somente formal, como adverte Rosaldo (1993). Ou seja, o exercício dos direitos culturais e a participação mais ampla de diferentes atores influi na própria lógica da política institucional, a partir do reconhecimento em sentido amplo e não só redistributivo, considerando que esses direitos envolvem subjetividades e identificações.”

A ampliação dos atores políticos, somados a necessidade de solução dos impasses relacionados ao desenvolvimento de camadas da população que estavam a margem da

atenção do estado (e aqui nos mais diversos tipos de serviços devidos pelo estado para à população: educação, saúde, habitação, mobilidade urbana, lazer, cultura, etc.), exigem das instituições a busca de cumprir os direitos estabelecidos na Constituição de 1988, mas que estavam concentrados em algumas classes sociais, territórios privilegiados (áreas nobres ou semi –nobres das áreas urbanas das cidades), novas formas de responder a tais demandas, inclusive as relacionadas aos direitos sociais.

No entanto, no nosso olhar, as transformações deste ponto de vista estão por vir, pois os direitos culturais como parte de direitos sociais e essenciais à população estão recentemente na pauta das agendas de políticas públicas de vários governos nacionais e subnacionais.

2. O “Projeto Ademar Guerra”: discursos e formas de execução do Projeto

-a implementação

O Projeto Ademar Guerra foi criado em 1997, pelo Governo do Estado de São Paulo, é uma política pública realizada pela Secretaria de Estado da Cultura com objetivo de qualificar jovens artistas integrantes de grupos teatrais atuantes no interior paulista.

Dentro deste contexto, o **Projeto Ademar Guerra**¹ foi um avanço no âmbito das políticas governamentais das ações exclusivas aos jovens artistas de teatro do interior do Estado, seu momento fundador teve como base as políticas de fortalecimento da ação do Estado no setor cultural implementadas ao longo da gestão do Governador Mário Covas², que também realizou ampla reforma nas estruturas e instituições estatais gerenciadas pelo Governo do Estado. Entre outras mudanças registramos a possibilidade de Organizações da Sociedade Civil qualificadas como Organizações Sociais, firmarem *contrato de gestão* com o Governo do Estado para o gerenciamento de projetos, programas e equipamentos públicos da cultura, seguindo a mesma filosofia da “Publicização” da Reforma Administrativa desenvolvida pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, sob o comando do Ministro Bresser Pereira.

A Gestão Covas-Alckmin (1995 a 2002) estabeleceu os diversos programas existentes até hoje, tais como: Mapa Cultural, LinC-Lei Estadual de Incentivo a Cultura , Prêmio Estímulo (atualmente estes dois programas foram unificados no Proac Editais e Icms), Fábricas de Cultura, além de políticas de restauração de espaços públicos que deram origem aos equipamentos culturais como a Sala São Paulo, a Pinacoteca do Estado, entre outros, visando ampliar as possibilidades de fruição, formação e construção de identidades por meio da arte e da cultura.

Nos anos de 1997 e 1998, o Projeto teve como foco os grupos do interior, litoral e Grande São Paulo (exceto Capital), dentro de um discurso de profissionalização dos artistas, separando “amadores” (como sinônimo de não-profissionais) e “profissionais”. Essa forma de

¹ Na prática, o Projeto Ademar Guerra teve sua gênese a partir do diagnóstico desenvolvido pelos

² Mario Covas (1930-2001) foi Governador do Estado de São Paulo de 1995-1998 e 1999-2001.

posicionar o programa delimitava o público alvo, focando apenas nos grupos não profissionais, bem como dava entender que a maioria ou a totalidade da produção do interior não poderia ser profissional ou só seria profissional após aprender com os grandes nomes vindos da capital.

De 1999 até 2002, o Programa se retira do interior e passa atuar na capital, atendeu em média 30 grupos, por ano, ganhando caráter mais assistencialista.

- o Projeto como Política Pública

Em 2003, o Governador do Estado Geraldo Alckmin, determina medidas para intensificar a interiorização e a descentralização dos programas e ações culturais realizadas pela Secretaria de Estado da Cultura. Sobre essa política de interiorização afirmou a Secretária:

“apostamos nossas fichas na interiorização das ações públicas, por acreditarmos que é nas localidades mais distantes da capital, assim como nas mais carentes, que as manifestações culturais menos encontravam caminhos e recursos para sua revitalização e consolidação. A maior parte das iniciativas culturais, públicas e privadas, estava concentrada na capital – e era papel do gestor público leva-las a quem sempre se sentiu tão alijado de todo um universo que amplia horizontes e reforça a integração de nossa gente. Temos agido firmemente no apoio e patrocínio de projetos regionais, entre outras linguagens, teatro por meio de oficinas e adoção de mais de 200 grupos de teatro amador em todo estado, que recebem por um ano orientação em dramaturgia, cenografia e iluminação, por meio do já consagrado Projeto Ademar Guerra agora desenvolvido no interior”(COSTIN, 2003).

Sendo assim, o Projeto Ademar Guerra retomou ao interior com dupla missão: colaborar com a interiorização e descentralização, colaborar com a formação cultural nas pequenas cidades e cumprir aspectos relativos aos direitos culturais. Para responder esta nova missão a estrutura do projeto apresentou algumas modernizações: ampliação do entendimento do público do projeto (maior inclusão, não apenas focada na profissionalização),

curadoria artística, seleção pública dos orientadores, inscrição dos grupos via edital, realização de encontros regionais, mostras e parcerias estratégicas com Festivais, com o aproveitamento dos espetáculos gerados pelo projeto nas programações desses festivais.

O Projeto passa então a ser executado buscando se aproximar desta nova ótica, não apenas focado em uma certa “profissionalização” mas em ser uma política pública voltada para os cidadãos, -especialmente o público jovem-, colaborando com os processos de construção de cidadania, aprimorando a importância dos “territórios” e democratizando o acesso e as formas de construção de identidades, por meio da cultura. Esta visão vai ao encontro das perspectivas dos princípios dos direitos culturais, conforme observamos na declaração da Secretária de Estado da Cultura Claudia Costin:

“ao estabelecermos como meta a definição de uma política cultural como política pública, que permitisse reforçar o conceito de cidadania através do acesso à cultura, contrariamos com certeza alguns interesses. A maioria daqueles que ainda acreditam que a cultura pertence às elites, que se arvoram em proprietários onipotentes de um conhecimento seletivo e excludente. Não é essa nossa visão de política cultural pública. Uma política pública tem que ter como foco, como beneficiário, o cidadão. A ele, e não às elites ou aos artistas, devem se destinar os investimentos do Estado na cultura.”(COSTIN, 2003).

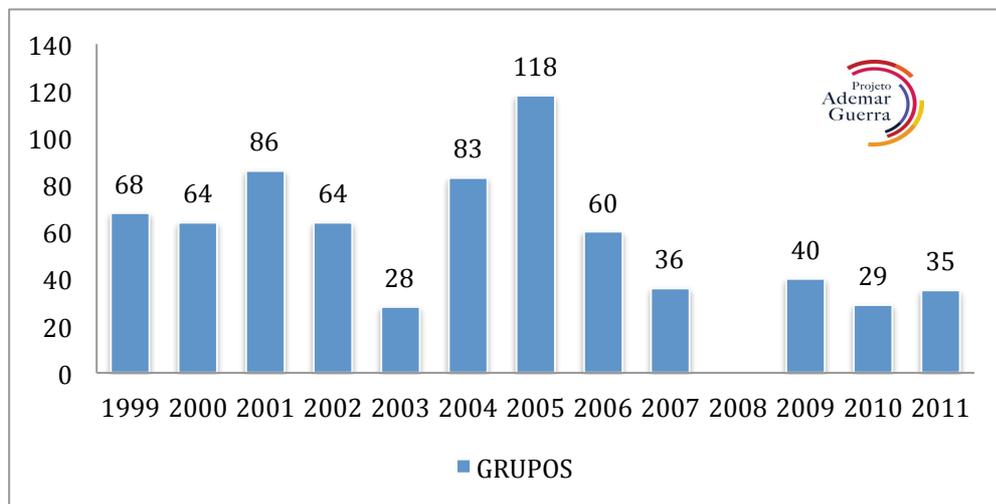
Dentro desta vertente, com algumas alterações pontuais, o Projeto busca responder aos desafios propostos apresentando alguns resultados, ainda que apenas quantitativo, mas refletindo este redirecionamento e novo olhar. De 2005 a 2008, o Projeto Ademar Guerra passa ser administrado pela Abaçai Cultura e Arte – Organização Social da Cultura e de 2009 a 2010 pela Associação dos Amigos das Oficinas Culturais e de 2011 até agora (2014) pela Poiesis- Organização Social da Cultura.

No período de 2003 a 2011, o Projeto orientou em média 90 grupos e esteve presente em cerca de 120 municípios através de ações: palestras, oficinas e parcerias diversas.³

³ Dados estimados, em levantamento pela equipe do Projeto para o processo de avaliação em desenvolvimento ao longo de 2012 e 2013.

Em 2012 e 2013, o Projeto realizou parcerias com 60 grupos em média, em 50 municípios.

Tabela 1: Projeto Ademar Guerra - *Dados Preliminares sobre grupos teatrais atendidos, por ano.*



Fonte: Coordenadoria do Projeto Ademar Guerra. Obs: Dados preliminares

Ao longo dos seus 18 anos de existência o Projeto Ademar Guerra contou com 5 gestões, compostas pelos seguintes coordenadores:

- ✓ 1997 a 2002 - Analy Alvares (atriz e dramaturga) e Luis Serra(ator).
- ✓ 2003 a 2006 – Aldo Valentim (gestor de políticas públicas) (Curador Artístico: Fausto Fuser).
- ✓ 2007 a 2008 – Claudio Mendel (diretor teatral)
- ✓ 2009 a 2010 – Abílio Tavares (diretor teatral)
- ✓ 2011 - atualmente – Aldo Valentim (gestor de Políticas (Curadoria Artística: Sérgio Ferrara).

Tabela 2- Projeto Ademar Guerra – Principais dados de atendimento

| | Edições | | | Expansão | |
|----------------------------------|---------|------|------|-----------|-----------|
| | 2010 | 2011 | 2012 | 2010-2011 | 2011-2012 |
| Grupos sob orientação | 30 | 40 | 82 | 33% | 105% |
| Orientadores | 30 | 38 | 63 | 27% | 66% |
| Municípios com grupos orientados | 27 | 36 | 48 | 33% | 33% |
| Público total sob orientação | 316 | 314 | 763 | -1% | 143% |
| Ações Culturais | 0 | 98 | 17 | | |

| | | | | | |
|---|------|------|------|------|------|
| Municípios com Ações Culturais | 0 | 37 | 4 | | |
| Público total de Ações Culturais | 0 | 566 | 507 | | |
| Encontros Regionais | 0 | 7 | 0 | | |
| Público total de Encontros Regionais | 0 | 304 | 0 | | |
| Parcerias com festivais | 0 | 8 | 0 | | |
| Mostras de Compartilhamento | 29 | 0 | 0 | | |
| Mostras Regionais | 0 | 5 | 1 | | |
| Público total de Mostras Regionais | 1560 | 481 | 1010 | -69% | 110% |
| Encontro Final | 1 | 1 | 0 | 0% | |
| Público total do Encontro Final | 280 | 95 | 0 | -66% | |
| Público total de formação artística e técnica | 596 | 1279 | 1270 | 115% | |
| Público total de formação de público | 1560 | 481 | 1010 | -69% | 110% |

- O Projeto Hoje⁴- 2014: reafirmação com os compromissos dos direitos culturais

Atualmente o Projeto Ademar Guerra busca se afirmar enquanto política pública para a cultura, voltada para as pequenas e médias cidades, focada na formação cultural dos jovens por meio da qualificação e capacitação em teatro, entendendo esta ação como parte do processo de construção de cidadania e das identidades culturais dos jovens inseridos em suas comunidades.

Estimamos que o perfil do público atendido pelo Projeto apresenta as seguintes características, 65% dos participantes são do sexo feminino. Do universo dos participantes temos a seguinte composição: 1% crianças (7 a 11 anos), 14% adolescentes (12 a 15 anos), 52% jovens (16 a 29 anos), 31% adultos (30 a 60 anos) e 3% Terceira idade (maiores de 60 anos). Esses dados reforçam a predominância do público jovem, alvo principal das ações do Projeto e a necessidade de dialogar de forma mais próxima com as realidades, desejos e necessidades destes jovens.

Com relação ao seu público, o projeto abandona a denominação de amador, que mais estigmatizava do que propunha um conceito específico em relação ao seu público, também abandona o foco em possíveis grupos de excelência do interior, criando outras estratégias para ser um espaço de fruição e formação em artes aos jovens interessados nesta linguagem,

⁴ As definições desse item estão de acordo com as ações realizadas pelo Projeto na edição 2012,2013 e 2014.

proporcionando aos participantes esse espaço de desenvolvimento da cidadania, construção de identidades e reforçando, junto a este jovem, a importância da sua relação com a comunidade no qual está inserido e a sua ação como ator ativo de transformação do seu território.

Para este funcionamento do Projeto Ademar Guerra como um instrumento que concretiza aspectos dos direitos culturais em políticas públicas, as edições de 2011 e 2012 foram, paulatinamente, construindo novo (ou outro) olhar artístico pedagógico, com propostas metodológicas que respondessem a diversidade dos grupos participantes. Esse trabalho se concentrou na curadoria artística que verticalizou as ações de orientação artística com foco no ator-criador, nas relações entre atuação, direção e dramaturgia e na relação da obra com o público participante e sua comunidade.

Para atender seus objetivos, atualmente, o Projeto Ademar Guerra realiza as seguintes ações: *Orientação Técnica e Artística, As Ações Culturais., Os Encontros Regionais , As Mostras Regionais e A Mostra de Referência (Mostra final).*

- Convergências com cidadania.

Para responder ao desafio de se constituir em um projeto voltado a formação cultural, qualificação em artes (teatro) e ao mesmo tempo ser uma política pública que concretiza aspectos dos direitos culturais, a pedagogia do Projeto é fundamentada na ideia de que o aprendizado técnico, teórico e conceitual inerentes ao universo da arte do teatro se dá em cena, no palco, na busca da relação entre indivíduo-criador e grupo e entre o grupo e comunidade, solidificando o desenvolvimento de um cidadão-criador, pois o foco do projeto não é ser um curso de teatro, mas possibilitar aos interessados expressar- se por meio desta linguagem, do conhecimento de ferramentas e metodologias para o aprimoramento de temas do universo teatral. Neste aspecto os principais objetivos são:

- a capacitação dos jovens artistas integrantes dos grupos;
- a qualificação para autonomia dos grupos de teatro;

- a relação dos jovens com sua comunidade.

A capacitação dos artistas se dá no contexto dos processos de criação aos quais estão vinculados. Neste sentido, o projeto colabora com a atualização, a complementação e/ou a ampliação das competências artísticas inerentes à prática teatral, por meio de ações formativas na área, passando por aspectos fundamentais da iniciação no universo das artes e, quando necessário, orientando-os nos passos iniciais para um possível percurso de profissionalização.

A qualificação dos grupos pressupõe a preparação dentro de paradigmas estabelecidos na linguagem teatral, com os integrantes executando funções específicas e próprias de um grupo artístico, sobretudo em atividades voltadas para os processos de criação e montagem de espetáculo, a relação com a comunidade e com os demais agentes do campo artístico e cultural (críticos, jurados, festivais, curadores, etc.). Não busca ser uma formação profissional, mas um conjunto de ações formativas que visam orientar o processo criativo do grupo e as suas relações no campo da arte, articulando conhecimentos teóricos, técnicos e operacionais e as relações que estes estabelecem com seu público por meio de apresentações, participações em festivais, temporadas, etc.

A valorização de relações horizontais e holísticas, dentro do eixo “Artista Orientando Artista” propondo que o fazer teatral tem como sujeito, indivíduos-criadores que são também artistas-articuladores da investigação, da proposição de caminhos e dos encontros que se estabelecem no universo da linguagem teatral, possibilitando, por meio da arte a construção de identidades.

O constante diálogo entre o artista orientador e o grupo inscrito no Projeto Ademar Guerra, propondo a troca de experiências em percursos criativos, a pesquisa no processo de criação do espetáculo, bem como, na problematização das relações do grupo com a comunidade da qual ele faz parte, buscando uma visão crítica sobre essa realidade e a sua autonomia como núcleos fomentadores de cultura e investigação teatral em suas respectivas cidades.

O artista-orientador participa do processo construindo uma relação de compartilhamento, tornando-se, portanto, um mediador decisivo no processo criativo, baseando-se em três temas distintos e complementares: orientar, aprender e pesquisar, temas importantes na formação teatral, pois o orientador apreende (por meio da sua relação de troca com o grupo), o conhecimento já existente nas cidades e pode produzir (por meio das ações de orientação e das potencialidades dos grupos) novos conhecimentos.

Busca-se, por meio do processo criativo, instrumentalizar o ator para a percepção e a consciência da pesquisa que envolve a construção da cena, sua relação consigo, a historicidade, as relações sociais e seu vínculo com a comunidade. Por outro lado, além do trabalho do ator é importante estabelecer, criar, ou reforçar o papel do líder e neste aspecto, a Direção Teatral aparece claramente como um elemento decisivo na construção da visão de liderança, que vai colaborar com a estruturação do projeto do grupo e, conseqüentemente, na articulação coletiva que é imprescindível para a materialização cênica. Investigar a direção (e o papel da liderança) é estudar como essa função opera produzindo matrizes geradoras do trabalho coletivo e como isso se multiplica no grupo e em sua comunidade.

A preocupação constante em estabelecer a interface entre os modos de criação, meios de produção e formação de público. O Projeto Ademar Guerra contribui não só com a capacitação e qualificação dos artistas e grupos teatrais, mas também na potencialização do seu arsenal criativo, propondo a compreensão desse resultado como um bem artístico e que, para se estabelecer enquanto arte deve estar constantemente em contato com o público; por meio desta relação, fomentar a vida cultural das cidades/comunidades das quais fazem parte.

É desejável que a obra artística criada e produzida com orientação do Projeto Ademar Guerra circule por meios de produção existentes nas suas cidades/comunidades de origem. De modo que o grupo exercite autogestão, sustentabilidade e busque formas de financiamento. Essa interconexão entre criadores, meios de produção e espaços de circulação e comunidade visa colaborar com a qualidade de fruição artística e formação de público para o teatro.

3. O Plano Juventude Viva

O Plano Juventude Viva é realizado pelo governo federal tendo como princípios ampliar direitos e prevenir a violência que atinge a juventude brasileira, principalmente jovens negros moradores da periferia de grandes e médias cidades. A coordenação é da Secretaria-Geral da Presidência da República, com a colaboração da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), reunindo programas

executados por diversos ministérios, em parceria com municípios e estados em territórios atingidos por altos índices de violência. Segundo consultor Pedro Aguerre:

“Até os 12 anos de idade as taxas de homicídio entre brancos e negros não se diferenciam. A partir dessa idade, contudo, observa-se uma escalada de crescimento da violência homicida, tanto branca quanto negra, atingindo o ponto máximo na faixa de 20 a 21 anos de idade. No intervalo que vai dos 12 aos 21 anos, porém, o crescimento passa a ser muito mais acentuado entre os negros: as taxas para as pessoas brancas passam de 1,3 para 37,3 em cada 100 mil (crescimento de 29 vezes). Já as taxas para negros passam, nesse mesmo intervalo, de 2,0 para 89,6, representando um incremento de 44 vezes” (AGUERRE, 2014, p. 14).

O Plano reúne ações de prevenção que visam reduzir a vulnerabilidade dos jovens a situações de violência física e simbólica, a partir da criação de oportunidades de inclusão social e autonomia; da oferta de equipamentos, serviços públicos e espaços de convivência em territórios que concentram altos índices de homicídio; e do aprimoramento da atuação do Estado por meio do enfrentamento ao racismo institucional e da sensibilização de agentes públicos para o problema.

As políticas e os programas do Plano são direcionados à juventude, com especial atenção aos jovens negros de 15 a 29 anos do sexo masculino, em sua maioria com baixa escolaridade, moradores dos bairros com maiores índices de homicídios. A prioridade é para os jovens em situação de exposição à violência, como aqueles que se encontram ameaçados de morte, em situação de violência doméstica, em situação de rua, cumprindo medidas socioeducativas, egressos do sistema penitenciário e usuários de crack e outras drogas.

Para a implementação do Plano, foram priorizados 142 municípios brasileiros que, em 2010, de acordo com os dados do DATASUS do Ministério da Saúde, concentraram 70% dos homicídios de jovens negros com idade de 15 a 29 anos⁵. Cada município seleciona, com base nos dados do IBGE e DATASUS, os bairros com maior vulnerabilidade social e incidência de homicídios. Os bairros selecionados são priorizados na implantação de equipamentos e serviços voltados prioritariamente aos jovens. O Plano pretende ainda que

cada um desses territórios conte com um Núcleo de Articulação Territorial, com representação de gestores públicos e representantes da sociedade civil, responsáveis por coordenar a implementação das ações.

A partir da experiência da primeira fase do Plano, em Alagoas, estado que apresenta a maior taxa de homicídios da população jovem no país, foi possível indicar as principais ações que compõem o processo de implementação do Juventude Viva em um território. São duas as modalidades de implementação para o município. A primeira, com a participação do governo federal, promovendo articulação com os estados e os municípios e articulação intersetorial das políticas para chegada integrada de equipamentos no território; e a segunda, compreendendo ações de mobilização e articulação desenvolvidas pelo município para a implementação do Plano, mesmo que ele ainda não tenha sido lançado no estado do qual esse município faz parte.

Na prática, o Plano Juventude Viva unifica ações de diversos programas do governo federal, como Projovem, Pronatec, Pontos de Cultura e Plano Brasil Mais Seguro, entre outros, visando, com isso, insuflar a localidade com políticas sociais inclusivas voltadas aos jovens negros.

As ações que compõem a proposta do Plano Juventude Viva estão divididas em quatro eixos:

1. Desconstrução da Cultura de Violência: busca reunir ações voltadas para sensibilização da opinião pública sobre a banalização da violência e a necessidade de valorização da vida da juventude e da garantia de seus direitos. Além de campanha nos meios de comunicação, o eixo prevê a construção de uma rede de mobilização para fortalecer a ação de pessoas e entidades ligadas a esta causa e engajar outras instituições na luta pela vida da juventude. Mobilizar atores sociais para a promoção dos direitos das juventudes negras é um dos objetivos das ações previstas neste eixo do Plano;

2. Inclusão, Oportunidades e Garantia de Direitos: visa trazer programas e ações específicas para os jovens de 15 a 29 anos em situação de vulnerabilidade, com o intuito de fomentar trajetórias saudáveis e oportunidades de desenvolvimento pessoal e coletivo aos beneficiários dos programas. Além disso, pretende criar oportunidades de atuação dos jovens em ações de transformação e superação da cultura de violência, tanto em seus bairros ou para um público mais amplo, promovendo o reconhecimento da importância social da juventude. Os programas Projovem, Prouni e Protejo são exemplos de iniciativas articuladas em torno deste eixo;
3. Transformação de Territórios: busca contribuir para a ampliação da presença do poder público nos bairros mais afetados pelos altos índices de homicídios, por meio da criação ou da reconfiguração de espaços de convivência para a juventude e para toda a comunidade. Neste eixo, a intenção é que os esforços se voltem para ofertar e articular diferentes equipamentos e serviços públicos nestas áreas, que vão desde programas ligados à rede de ensino até a oferta de atividades culturais, esportivas e de lazer. O programa Estação Juventude, por exemplo, foi criado especialmente para atender as demandas do Plano e se soma a outras iniciativas como Academias de Saúde, Praças da Juventude, Pontos de Cultura e Centros de Economia Solidária. Para definir “território”, o Plano se inspirou no geógrafo Milton Santos para quem esse é o espaço relacional, vivido, da identidade e das relações de poder. Assim, um território Juventude Viva pode ser uma parte de um bairro, um bairro inteiro ou mais de um bairro, desde que não haja limites que impeçam a circulação e o trânsito das pessoas que desejam participar do Núcleo de Articulação Territorial;
4. Aperfeiçoamento institucional: visa reconhecer que, para mudar valores na sociedade em prol da valorização da vida da juventude, é necessário um olhar cuidadoso para a atuação das instituições do Estado. O enfrentamento ao racismo nas instituições que se relacionam com os jovens é entendido como central para a superação dos estigmas sobre os quais se fundamenta a violência. Atuar para prevenir discriminações na

escola, no sistema de saúde, na polícia e nos sistemas penitenciário e judiciário é o objetivo das ações previstas neste eixo. Além do enfrentamento ao racismo institucional por meio de processos formativos, está prevista também a qualificação de servidores para a gestão e implementação de ações do Plano, tais como oficinas para preparação e gestão de projetos. Também devem ser realizadas ações destinadas especialmente aos profissionais de segurança pública, com vistas a reduzir a letalidade policial e aproximar a atuação da polícia da comunidade.

Em relação à responsabilidade de cada ente federativo em relação à implementação do Plano, cabe ao governo federal induzir a participação dos entes federados e coordenar o Juventude Viva, por meio do oferecimento de apoio técnico, do estabelecimento de diretrizes e do acompanhamento e monitoramento de sua execução. Os estados, por sua vez, dentro das diretrizes traçadas pela União, devem elaborar o seu próprio plano estadual e, em articulação com os municípios, implementar ações. Por fim, será de responsabilidade dos municípios a elaboração de seus respectivos planos, formar núcleos de articulação territorial e definir os territórios que sofrerão a ação, bem como a divulgação do Plano.

A adesão dos entes federativos não implica repasse automático de recursos. Assim, caso necessite de verba extra para executar suas ações, o município ou o estado deve apresentar projetos específicos em editais abertos em cada um dos ministérios participantes do Plano.

Também está previsto no Juventude Viva o fomento a diversos mecanismos de participação (como Comitês, Fóruns e Conselhos), além de ser uma atribuição do governo federal a construção contínua da “Rede Juventude Viva”, que tem por objetivo promover o diálogo e a aproximação de diferentes atores envolvidos com o tema.

No site de divulgação do Plano, há um passo-a-passo ensinando os municípios a aderirem. Este guia mostra também as mais de 30 ações, dentro de 25 programas

federais já existentes, que fazem parte do Juventude Viva, e os municípios devem elaborar seu plano de ação considerando essas iniciativas.

É possível afirmar que, do modo como foi estruturado, o Plano Juventude Viva reconhece dois problemas estruturantes do Estado como responsáveis pelo alto índice de homicídios: exclusão social do jovem negro – e, por isso, a necessidade de inclusão socioeconômica e ampliação dos espaços de lazer – e a violência institucional do Estado.

4. Plano Juventude Viva e Projeto Ademar Guerra: possíveis intersecções

Nosso foco aqui é trazer algumas reflexões sobre possibilidades de intersecções entre o Plano Juventude Viva e o Projeto Ademar Guerra. Partindo dos dois eixos do Plano

- a) inclusão, oportunidades e Garantias de Direitos, e
- b) Transformação nos territórios.

Partindo das narrativas sobre o Projeto Ademar Guerra e o Plano Juventude Viva destacamos a ação do Projeto Ademar Guerra como um exemplo de política pública que tem intersecções que respondem aos eixos do Plano, já que se propõe a atuar, a partir da sua ação principal focada na formação cultural, garantir os direitos culturais dos jovens participantes e por meio desta ação principal impactar os territórios de forma simbólica, multiplicadora e tendo os jovens artistas como articuladores deste processo.

- ✓ Neste aspecto o Projeto Ademar Guerra se articula enquanto uma ação cultural, no sentido de não buscar apenas o foco artístico em si, mas por meio de suas atividades instaurar processos de transformação dos indivíduos e por meio deles, colaborar com o desenvolvimento das suas comunidades.
- ✓ A ação do projeto pode ser entendida como potencializadora para movimentos de conquista dos direitos culturais, pois atua sobre o indivíduo e na sua relação e participação da vida cultural nas cidades. Entendendo os direitos culturais como individuais mas que congrega também uma construção e concretização no coletivo.
- ✓ A ação do Projeto leva em consideração os desejos dos jovens, dentro da sua realidade, propondo olhar para ela com outras chaves, visando a transformação e construção de cidadania e escolhas de identidades, e não apenas propondo ações baseadas em possíveis necessidades descoladas com a realidade ou desejo dos jovens e dos seus territórios (comunidade).

- ✓ A ação do projeto para os indivíduos e em seus territórios é vista como construção de identidades culturais e construção de consensos sobre sua atuação em sociedade, propondo reflexão e entendimento sobre os conflitos existentes com foco na superação destes conflitos (econômicos, sociais, renda, exclusão).
- ✓ A visão de que a Cultura muda, a identidade muda, ou seja: um processo constante de “hodiernização” que exige revisitar práticas, métodos, estratégias para dialogar com os jovens e seus territórios.
- ✓ O entendimento da importância do jovem ter consciência da participação ou não da vida cultural da sua comunidade e – principalmente, ser um ator ativo na construção de novas formas e práticas culturais, visando instaurar um processo estabelecimento da sua forma de participar da vida cultural, da sua cultura.
- ✓ Provocar a reflexão sobre os conceitos de cultura, entendendo-o como um construto social, muitas vezes forjado por conjunturas política e econômicas que vão legitimar o que é cultura ou não, de acordo com seus interesses. Nesse sentido a cultura que pode ser a da paz, estimular a liberdade, a participação, a diversidade; pode também estimular o preconceito, genocídio, o racismo, etc.

Como singela conclusão podemos apontar o Projeto Ademar Guerra como uma política pública que se propõe a compor partes de programas voltados a satisfazer os direitos culturais, sobretudo os direitos a “fruição” em artes, experiência, acesso e transformação dos territórios. No entanto, apresenta as limitações que permanecem na prática e na execução do direito de fato, pois se apresenta como política pública focalizada em uma área artística específica, público específico e territórios geográficos delimitados.

O Projeto pode ser um exemplo de boa prática no campo da cultura, ao Plano Juventude Viva, pois mantém intersecção com os dois grandes eixos do plano e tem características que podem colaborar com os aspectos realçados pelo Plano no sentido de prevenção da violência e ampliar direitos aos jovens dos territórios vulneráveis.

Referências Bibliográficas

AGUERRE, Pedro. Guia de implementação e monitoramento de políticas de redução da vulnerabilidade e prevenção da violência contra jovens negros em municípios. Relatório: Produto 1 para a Consultoria do PROJETO BRA/05/021 – PNUD, 2014.

ARAGAO, Ana Lúcia. Direitos culturais, cidadania e democracia: interrelações e novos atores. 1º. Encontro Internacional de Direitos Culturais. Fortaleza, 2012. Disponível em: http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=3confcult-direitos_culturais.pdf , acessado em: 20/jul/2014.

BANCO MUNDIAL. Relatório de Desenvolvimento Mundial 2007: o desenvolvimento e a próxima geração. Washington, DC: Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, 2006.

BRASIL. Métodos e Ferramentas de Gestão Estratégica do Plano Juventude Viva para Construção de Diagnóstico Local. Apresentação Prezzi cedida por Fernanda Papa, durante entrevista com os autores.

BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Guia de Implementação do Plano Juventude Viva no seu Município. Brasília, 2013.

BOURDIEU, Pierre. Sergio Micelli (org.). A Economia das Trocas Simbólicas, 5 ed., Ed. Perspectiva, São Paulo, 2004.

Bucci, Maria Paula Dallari. Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Ed. Saraiva, 2006.

BRASIL. Ministério Público da União. Dicionário de Direitos Humanos. Verbetes “Direitos Culturais”. Disponível em: <http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki-index.php?page=Direitos+culturais> , acesso em: 20/julho/2014.

CASTRO, Carmem Lúcia Freitas de (org.) (et al.). Dicionário de políticas públicas. Barbacena: Ed. UEMG, 2012.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; LEON, De Alessandro (Orgs.). Juventude: tempo presente ou tempo futuro? Dilemas em propostas de políticas de juventude. São Paulo: GIFE, 2007.

COSTIN, Claudia. "Cultura, inclusão e Políticas públicas". Coluna Opinião. Valor Econômico, P.A10. São Paulo, 3/nov/2003.

COUTO, Claudio Gonçalves. "Política constitucional, política competitiva e políticas públicas". In: Bucci, Maria Paula Dallari. Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Ed. Saraiva, 2006.

DRAIBE, S. & Aureliano,L. A especificidade do Welfare State brasileiro. Economia e desenvolvimento, 1989 - Cepal Brasília.

FIORI, José Luiz. Estado de bem-estar social: padrões e crises. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/physis/v7n2/08.pdf>

GIFE (Grupo de Institutos, Fundação e Empresas). Censo GIFE Juventude. São Paulo, 2008.

GOLDANI, Ana Maria. "Relações intergeracionais e reconstrução do Estado de Bem-Estar." , disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/PopPobreza/goldaniAnaMariaCapitulo7.pdf>

GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO. Diversos documentos, relatórios e dados da Coordenadoria do Projeto Ademar Guerra.

IPEA. Brasil em Desenvolvimento: Estado, Planejamento e Políticas Públicas. Brasília:IPEA,2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais. Tirando os Acordos do Papel: um manual para jovens avaliarem a política nacional de juventude. 2004. Disponível em <http://www.un.org/esa/socdev/unyin/documents/porttoolkit.pdf> (acessado em 26.jul.2014).

PAPA, Fernanda de Carvalho e FREITAS, Maria Virgínia (orgs.). Juventude em Pauta: Políticas Públicas no Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2011.

SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos. A(s) Juventude(s) e a construção das políticas públicas no Brasil: avanços e perspectivas. 2011. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2011.

REINACH, Sofia. Gestão Transversal das Políticas Públicas no Âmbito Federal Brasileiro: uma leitura inicial. Dissertação (Mestrado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, FGV, 2013.

VALENTIM, Aldo. ; DANDAS, H. . Cultura, arte e teatro: quando a política ocupa o palco. Revista A(L)BERTO, v. 1, p. 129-141, 2013.

WAISELFISZ, Júlio Jacobo (org.). Juventude Viva: Homicídios e Juventude no Brasil -Mapa da Violência 2013. Governo Federal: Secretaria-Geral da Presidência da República. Brasília, 2013.

YOUTHFUL CITIES. Better Cities Built By Youth – Executive Summary of the 2014 YouthfulCities Index. Canadá, 2014.